



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 62ª
(SEXAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 10 DE AGOSTO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 148 - Suplemento, de 13/08/2010, juntamente com a ata sucinta da 62ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Esta Presidência informa ao Plenário que houve uma reunião para se discutirem os projetos do Executivo listados na convocação feita na quinta-feira. Contamos com a presença de 16 assessores de gabinetes parlamentares, e ficou decidido o seguinte: há acordo para votação apenas do PL nº 1.601, de 2010, que trata da criação da carreira de atividades de defesa do consumidor, com uma emenda supressiva ao inciso VII do art. 7º.

Foi retirada de pauta a discussão do PL nº 1.560, de 2010, que trata da incorporação do superávit dos fundos ao caixa único do Tesouro, por se entender que se trata de um projeto contrário a várias leis.

Haverá na quinta-feira, dia 12, às 9h30min, na sala de reuniões, discussão específica do PL nº 1.509, de 2010, que trata da regulamentação da Lei Geral das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Microempresas do Distrito Federal. Haverá, além da participação desta Casa, a do SEBRAE e das secretarias envolvidas. Na segunda-feira, dia 16, às 15h, haverá também discussão específica do PL nº 1.271, de 2009, que altera o PPA, e do PL nº 1.583, de 2010, que trata do empréstimo de 361 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

Por fim, pelo adiantado da hora e pela ausência de discussão, não foi possível analisar, na referida reunião, o PL nº 1.305, de 2009, item nº 16 da pauta, que inclusive constou da Ordem do Dia de todo o primeiro semestre.

Ao final da reunião, solicita-se aos Líderes que se dê o encaminhamento, haja vista a presença dos interessados.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, a informação que recebi – inclusive ela foi passada também para os empresários da 40 que estão aí – é que o projeto estaria pronto e haveria dúvidas em emendas apenas quanto à questão técnica, e o Partido dos Trabalhadores reapresentaria as emendas hoje.

Eu acho que esse assunto da 40 — V.Exa. é um dos conhecedores profundos da 40, como muitos que estão aqui também — já está rolando aqui na Casa há mais de um semestre. Os empresários estão aqui. Foi sinalizado que haveria votação hoje. Eu acho que caberia a nós consultarmos os Líderes, pelo menos a maioria, porque como já há mais de um semestre que está aqui, se não há acordo, nós temos que ir para o voto. Nós temos que ir para o voto porque essas pessoas estão há 19 anos esperando a regularização da 40, do Setor de Oficinas da Candangolândia, e há mais de um semestre aguardando a votação! E não dá acordo em nenhum instante. Nós vamos para o voto, não temos outra alternativa.

Quem quiser votar com os empresários e os trabalhadores da 40 e do Setor de Oficinas, vota; quem quiser votar contrariamente, vota. Vamos partir para o voto. Eu acho que é legítima essa colocação. Ou, então, vamos consultar os Líderes se é possível ou não fazer essa votação.

Eu faço até um apelo a todos os Líderes e a todos os Parlamentares que estão na Casa para que façamos um levantamento. Nós sabemos — V.Exa. é uma das pessoas que esteve comigo no plenário aquele dia no encerramento ainda na antiga Casa — que essas pessoas passaram todo o semestre passado aguardando essa votação quase todos os dias na Casa. Eu acho que é uma questão de justiça nós partirmos para a decisão.

Quanto às nossas indefinições de cada segmento parlamentar, a democracia permite a decisão dessas indefinições através do voto. Não é justo fazer isso com os empresários e os trabalhadores da 40.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Com certeza. Obrigado, Deputado Alírio Neto. De fato, V.Exa. tem razão. A assessoria do plenário informa que este projeto de lei estaria com a Deputada Jaqueline Roriz para analisar as emendas: o Projeto de Lei nº 1.305/2009, que versa sobre a regularização das áreas da QE 40 do Guará II.

Pediria a V.Exa., Deputada Jaqueline Roriz, que sempre atua com muita precisão, que desse uma olhada nesse projeto, pois os interessados — aqueles mais diretos — estão ali, mais uma vez, para ver se têm atendida a sua reivindicação. Se V.Exa. analisar as emendas, o projeto volta a ter condições de ser votado. E aí, eu acho que ninguém vai ser contra a sua votação.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

Peço às assessorias do Deputado Cabo Patrício e do Deputado Raimundo Ribeiro, já que S.Exas. estão na Casa, pois nós estávamos na reunião da Mesa Diretora, que façam contato com os dois Deputados, pois com a presença de S.Exas. haverá 13 Deputados. Poderemos, então, apreciar a pauta acordada.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Eu pergunto a todos os Deputados se há acordo para não haver Comunicados de Líderes nem de Parlamentares, para apreciarmos o projeto do PROCON bem como os vetos, que estão acordados. São 4 vetos, salvo engano.

DEPUTADO DR. CHARLES – Eu preciso me manifestar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Só um instante, Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu também quero.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Plenário é soberano. Eu queria fazer essa consulta. Eu queria pedir aos Deputados – se pudesse ser ouvido – que se houver Comunicados de Líderes, vai atrasar e nós não vamos ter *quorum*, pois depois os Deputados vão sair. Vamos votar as matérias?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Vamos aos vetos primeiro, Sr. Presidente? Faço um encaminhamento para votarmos os vetos.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Na verdade, estou aqui com a maioria dos Deputados próximos a mim, e eles estão pedindo para abrimos mão dos Comunicados de Líderes e dos Comunicados de Parlamentares para irmos diretamente à votação dos projetos.

Quero que V.Exa. faça uma consulta, porque estive conversando com os Deputados, e todos eles concordaram – até agora, pelo menos, formalmente comigo – em votar o Projeto de Lei nº 1.305, de 2009, do pessoal da 40. Se houver alguém obstruindo, que se manifeste.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu consulto todos os Deputados, uma vez que o projeto trata da regularização da QE 40 do Guará II. Esse projeto ficou algum tempo em pauta, foi retirado e voltou à pauta, a pedido do Deputado Alírio Neto. Eu pergunto aos Deputados se há acordo para votar esse projeto hoje.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, nós somos favoráveis à votação da matéria no dia de hoje. Queremos também pedir a V.Exa. que, além desse projeto, nós possamos apreciar os projetos que ficaram acordados na semana passada, que foram o da Companhia Energética de Brasília e o do PROCON, e depois os vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O projeto do PROCON, eu sei que foi discutido hoje de manhã.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO PAULO TADEU – Deputado Milton Barbosa, até em respeito, é claro, ao pessoal que aqui se encontra, os empresários do Guará, poderíamos começar a votação pelo projeto de interesse dessa categoria e, em seguida, apreciaríamos os demais projetos.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto ao encaminhamento solicitado pelo Deputado Paulo Tadeu, o PSDB também concorda com a votação do Projeto de Lei nº 1.305, de 2009.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do Bloco Progressista Republicano, o nosso encaminhamento é pela votação e aprovação dessa matéria que há muito se encontra estagnada nesta Casa. Eu tenho certeza de que essas pessoas estão aguardando com carinho. E a pedido do meu grande amigo, Deputado Alírio Neto, podem ter certeza que têm esse voto.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do partido que ocupa a maioria nesta Casa desde o primeiro dia de sessão, o Democratas — todos com a presença aqui —, nós fazemos uma colocação e pedimos que coloque não só em votação, mas em regime de urgência, esse projeto da QE 40 por uma razão simples: a reivindicação é antiga. Próxima à QE 40, a QE 38 teve uma experiência amarga e esperamos que não venha ocorrer.

Acrescento nesta minha solicitação, eu pedi tanto aos Deputados que se somassem — o Deputado Milton Barbosa me parece que foi solidário, eu não sei se o médico foi —: fecharam o posto de saúde da Estrutural. E hoje teve uma notícia nos *blogs* de que a nossa digníssima — nossa não, minha não é — Secretária de Saúde, parece-me, pode ser exonerada a qualquer momento por estar distribuindo remédio errado. Então, parece que ela vai ser exonerada, isso está publicado nos *blogs*. Eu não quero assinar nenhuma notícia, mas acho, opinião minha, que ela vai tarde, porque fechar posto de saúde...

É uma reivindicação da população toda do Distrito Federal de que se tenha um atendimento à saúde. Ela fechou o posto da Estrutural. Essa é louca. Não, eu não posso falar isso. Louca a população está ficando com a falta de atendimento — eu corriji.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

E quero dizer ao médico presente, Deputado Dr. Charles, que não notei V.Exa. fazendo nenhum tipo de manifestação a favor do povo da Estrutural, que teve o seu posto fechado. V.Exa. não falou nada. Por favor, por favor!

DEPUTADO DR. CHARLES – Eu vou falar agora. Pode deixar.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Portanto, a minha solicitação, em nome do Democratas, é para que se vote o PL nº 1.305, da QE 40 do Guará, e também que não se fechem postos de saúde.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, como Líder do PDT, não vejo nenhum problema em se votar isso na tarde de hoje, até porque acho que esta Casa tem que votar e as pessoas dizerem “sim” ou “não” aos projetos, de acordo com a consciência de cada um.

Eu, Sr. Presidente, sou um Parlamentar que, nesta Casa, já fiz diversas críticas ao Pró-DF, que é um projeto que tem imensas suspeitas. E aí não é com relação à QE 40, e sim ao projeto do Pró-DF. Agora, votar nesta tarde, eu não vejo nenhum problema. Eu acho que tem que se votar, até em respeito às pessoas.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para solicitar a V.Exa. – eu acho que todos os líderes já se manifestaram – que invertesse a ordem e desse prioridade ao projeto da QE 40 como sendo o primeiro. Acho que é interessante por uma questão de respeito com as pessoas que estão aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o pessoal do CREA e do CONFEA estão presentes na Casa para que nós pudéssemos analisar o veto ao projeto que cria a engenharia e a arquitetura pública. Se pudesse ser depois do projeto da QE 40, eu agradeceria muito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem, eu acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também me somo a todos os colegas Parlamentares que estiveram aqui falando sobre a questão do PL 1.305, da QE 40 do Guará, que há muitos anos sei que estão esperando. Nós aqui do PTB somos favoráveis. Um abraço!

Queria lembrar também que o nobre Deputado “barra pesada” falou há pouco sobre a questão do centro de saúde: estou com V.Exa. E uma das minhas falas hoje é ressaltar a questão do fechamento do posto após 24 horas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu quero lembrar aos Deputados a seguinte decisão: os vidros da galeria serão erguidos, irão até lá em cima para evitar que aconteça algum acidente; serão colocadas películas nos vidros do plenário para que os Deputados possam ter melhor visibilidade.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria registrar que depois me pronunciarei sobre o posto de saúde da Estrutural, para não atrapalhar o processo de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão encerrados os Comunicados de Líderes, bem como os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que somos absolutamente favoráveis a que possamos aprovar o projeto para fazer justiça aos microempresários da QE 40, mas que em seguida – estamos também de acordo – possamos apreciar e votar o item nº 1.

Apreciamos o projeto dos microempresários que aqui estão e, em seguida, o item nº 1, com a perspectiva de derrubar o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. Devemos aprovar também o projeto do PROCON, porque há acordo. Já houve hoje a reunião para definir a aprovação das regras do concurso para funcionários do PROCON.

Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.305, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

das empresas instaladas nas Quadras Externas (QE) 38, 40 e 42 do Guará II e na Quadra de Oficinas (QOF) da Candangolândia e dá outras providências”.

Solicito à Relatora, Deputada Jaqueline Roriz, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as 5 emendas apresentadas à matéria.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.305, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização das empresas instaladas nas Quadras Externas (QE) 38, 40 e 42 do Guará II e na Quadra de Oficinas (QOF) da Candangolândia e dá outras providências”.

Sr. Presidente, as emendas apresentadas são medidas que visam ao aprimoramento desse setor, fortalecendo o setor empreendedor, gerando rendas, aumentando o campo de emprego para toda a população do Distrito Federal, pela sua importância para a economia local e, em especial, para o benefício que essa medida trará para a população do Distrito Federal.

No que concerne ao mérito, a propositura preenche os critérios da relevância social e da coerência técnica. Por isso, no âmbito desta Comissão, somos pela aprovação das Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.305, de 2009, e do Projeto de Lei nº 1.305, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as emendas apresentadas à matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.305, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização das empresas instaladas nas Quadras Externas (QE) 38, 40 e 42 do Guará II e na Quadra de Oficinas (QOF) da Candangolândia e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, nós também encaminhamos pelo mesmo parecer que foi feito pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.305, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização das empresas instaladas nas Quadras Externas 38, 40 e 42 do Guará II e na Quadra de Oficinas (QOF) da Candangolândia e dá outras providências”, e também às Emendas Aditivas nºs 1, 2, 3, 4 e 5.

Do ponto de vista da matéria, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não encontramos nenhum óbice à regularização dessa matéria. Ao contrário, essa matéria aprovada pelo Poder Legislativo e, em seguida, sancionada pelo Poder Executivo pode significar, Deputado Alírio Neto, um melhor desenvolvimento econômico e social para aquela região. Portanto, somos favoráveis à aprovação da matéria com as emendas apresentadas no âmbito desta Comissão.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Paulo Roriz para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.305, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização das empresas instaladas nas Quadras Externas 38, 40 e 42 do Guará II e na Quadra de Oficinas (QOF) da Candangolândia e dá outras providências”, e também às Emendas Aditivas nºs 1, 2, 3, 4 e 5.

Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação do projeto e de todas as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de discutir essa matéria, até em respeito aos empresários do Guará que se encontram na galeria e, é claro, pelo debate que esta Casa vem fazendo nesta tarde de hoje.

A situação da QE 40 do Guará, eu diria, é uma situação no mínimo atípica, pois ela lá se instalou depois de muita luta desses bravos empresários e comerciantes do Guará. Não foi fácil aquela região se transformar num polo de desenvolvimento econômico. Nós tivemos uma lei aqui, aprovada pelo Poder Legislativo, Deputada Eliana Pedrosa, que possibilitou uma série de benefícios àquele setor, inclusive mudança do percentual de construção, aumento de gabarito, uma série de benefícios que veio depois a ser repetida pelo Pró-DF, Deputado Chico Leite, em várias regiões de Brasília.

O problema é que, logo em seguida, o Governo do Distrito Federal fez modificações na lei original, tratando de maneira diferenciada, Deputado Geraldo Naves, os comerciantes da mesma região. E depois, tivemos outro problema que foi o fato de a lei que foi aprovada por esta Casa, de iniciativa do Poder Legislativo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Deputada Erika Kokay, ser considerada inconstitucional. Essa situação nunca se resolveu.

Hoje a maioria desses comerciantes e empresários do Guará vive uma situação inusitada: eles não podem tirar alvará de funcionamento nem podem tirar alvará de construção. Vivem um verdadeiro sufoco do ponto de vista, inclusive, de poder ter acesso a empréstimos.

Deputado Alírio Neto, V.Exa. faz uma justa e correta luta em defesa desse setor, desses comerciantes, desses empresários. Então, criou-se um verdadeiro caos, eu diria assim, do ponto de vista organizacional. Eles sequer, Deputado Cabo Patrício, têm condições hoje de receber da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – que deveria ser a secretaria que poderia construir políticas públicas para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e também da região –, a Secretaria sequer emite os documentos que possibilitarão a eles terem acesso, inclusive, ao alvará de construção e funcionamento.

Então, nós vamos votar favorável ao projeto e às emendas. Sabemos, Deputada Erika Kokay, que poderá ocorrer depois uma série de questionamentos. Mas nós não podemos, Deputada Jaqueline Roriz, deixar de aprovar essa lei, porque aprová-la significa dar à população do Guará, aos empresários da QE 40, a tranquilidade para desenvolverem suas ações.

Parabéns a vocês! Contem com o nosso voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós temos aqui a perspectiva de resolução da situação de 3 quadras no Guará e também na Candangolândia. Eu queria falar com a D. Laura, que ali está. D. Laura está com um cartaz que diz: “Até quando esperar?” A depender da nossa vontade, nós queremos resolver isso hoje.

Contava-me o Deputado Alírio Neto que a D. Laura está há 19 anos... Ela vendeu os bens que tinha, vendeu outros imóveis, imóveis residenciais, para investir em um negócio que estava, àquele momento, respaldado do ponto de vista da legislação. E, em verdade, até hoje se encontra em uma situação irregular que impede a concessão de alvarás e impede que vocês sejam donos daquilo que é de vocês. Porque vocês são proprietários, investiram e acreditaram na possibilidade de termos aqui o desenvolvimento econômico tão necessário para o Governo ou para o Distrito Federal. Por isso, 19 anos de espera. Dezenove anos de espera, para que a situação que envolveu e contemplou outros microempresários pudesse chegar até vocês, para que vocês possam bater no peito e dizer: enfim, nós somos proprietários de fato e de direito dos nossos imóveis, temos o alvará. Podemos, enfim, dizer que aquilo que nos levou a ocupar estas quadras e a desenvolver uma atividade econômica está sendo respeitado pelo Estado no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Por isso, nós vamos votar favoráveis, como já disse o nosso Líder, Deputado Paulo Tadeu. Vamos votar favoráveis porque há que se regularizar uma situação que existe há quase duas décadas e que leva angústia, leva insegurança e, entra governo, sai governo, não se resolve a situação. Neste momento, nós estamos aqui para resolver a situação de cada uma e de cada um de vocês e possibilitar que vocês voltem para casa e digam que, enfim, se fez justiça e se deu tratamento isonômico aos empresários dessas quadras.

Essa é a nossa posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria agradecer a todos os Parlamentares, em especial ao Deputado Aylton Gomes, que tem o compromisso de estar aqui, única e exclusivamente, para apoiar os empresários da QE 40 nessa votação — S.Exa. manifestou isso para mim. É importante reconhecer isso, reconhecer o trabalho do nosso Presidente, da Mesa, com o Deputado Milton Barbosa, da Deputada Eliana Pedrosa, que nos tem ajudado bastante, da Deputada Jaqueline Roriz, do Deputado Raad Massouh, do Deputado Paulo Tadeu, de todos que tiveram a brilhante e excepcional atitude de apoiar a regularização de pessoas que apenas buscam gerar trabalho, oportunidade e riqueza para o Distrito Federal.

Aqui nós não estamos falando de especuladores imobiliários, ao contrário. Os especuladores imobiliários é que têm atrapalhado essas pessoas, que têm o direito de ganhar o pão todos os dias. Essa é a grande verdade dessa história toda.

Eu tenho certeza de que a história de Brasília fará justiça a vocês, com essa vitória hoje, que não é só de vocês, é também da Câmara Legislativa, que consegue buscar um resultado que vocês almejam há mais de 20 anos. Eu quero deixar bem claro que essa vitória não é só dos empresários da QE 40. É das pessoas que tiram o pãozinho de cada dia lá com vocês, os usineiros, as pessoas que tiveram a oportunidade de se abrigar naquela região, que hoje, sem dúvida nenhuma, é uma das mais reconhecidas comercialmente do Guará.

Eu queria encerrar as minhas palavras, até para não me alongar muito, para, se possível, irmos direto à votação, dizendo que é muito importante vocês guardarem o nome de cada um que está aqui, para que percebam quais são as pessoas que estão antenadas, sensibilizadas com as necessidades da população do Distrito Federal, que têm compromisso com a população do Distrito Federal e, principalmente, que têm compromisso com quem realmente gera riqueza e emprego para Brasília.

Parabéns! Essa vitória é de vocês, essa vitória é da Câmara Legislativa, essa vitória é do nosso Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós vamos votar hoje esse projeto em primeiro e em segundo turno?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. está solicitando e eu acato a sua solicitação.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Muito obrigada.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só pedi para fazer uso da palavra, na verdade, a fim de parabenizar o Deputado Alírio Neto pela luta que tem travado pela comunidade do Guará, sejam empresários, seja a comunidade que não detém empreendimento comercial.

Eu queria falar da importância da aprovação desse projeto, em primeiro lugar, porque o governo passado não tratou com o devido respeito os trabalhadores e os empresários do Distrito Federal e, em segundo lugar, porque, como disse bem o Deputado Paulo Tadeu, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, em vez de cuidar dos micro e pequenos empresários do Distrito Federal para que eles pudessem gerar emprego, renda e para que Brasília pudesse crescer, a exemplo do que vem crescendo o Brasil, fez o contrário: negou aos trabalhadores e aos empreendedores a documentação necessária para eles conseguirem empréstimos e outras questões junto a órgãos do Governo do Distrito Federal.

Então, na verdade, eu vim a esta tribuna para dizer, Sr. Presidente, que a Câmara Legislativa, na sede nova, fortalecendo-se agora o Poder Legislativo, aprova neste Plenário o segundo projeto de relevância, com essa galeria ocupada pela população do Distrito Federal. É importante, inclusive, que a população e todos os segmentos de movimentos sociais e sindicais venham ocupar a galeria, que pertence ao povo — esta Casa pertence ao povo.

Os Parlamentares estão de parabéns porque estão corrigindo uma distorção e uma ilegalidade junto ao Governo do Distrito Federal. Que vocês continuem trabalhando, gerando emprego, porque são cidadãos, trabalhadores de bem. Que V.Exa. possa, após a aprovação do projeto em primeiro turno, encerrar a sessão ordinária e convocar a sessão extraordinária, exclusivamente para a votação desse projeto em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou votar favoravelmente ao projeto. Considero que os pequenos empresários têm de ter a sua situação regularizada.

Quero falar com relação ao Pró-DF. Eu fui um crítico do Pró-DF. Há muitas suspeitas de favorecimento a grandes empresários nesta cidade. Vou votar favoravelmente a esse projeto, em particular porque ele atende ao pequeno empresário. Porém, eu defendo que o TCDF faça uma auditoria profunda no Pró-DF nesta cidade, porque há muita irregularidade e isso tem de ser apurado por quem de direito e por quem tem responsabilidade pública nesta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo PMDB também votaremos favoravelmente a esse projeto, por entender que o Governo foi omissivo com todos esses empresários. Sem destinar regra, a princípio, os deixou sem nenhuma infraestrutura. Demorou muito tempo e muitos deles faliram, e agora vem a regularização.

Quero parabenizar o Deputado Alírio Neto, que vem lutando junto com eles. Podem contar com o voto do PMDB, que também será favorável para que os empresários tenham tranquilidade e continuem sustentando suas famílias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é fundamental que um governo tenha por linha de política pública a compreensão de que é o pequeno que emprega e que gera renda; o grande só quer favor e subsídio, que depois, lamentavelmente, revertem em forma de doações ilícitas de campanha. É lamentável.

Neste momento, esta Casa dá um grande passo, Deputado Alírio Neto, Deputado Dr. Charles, nobre Deputado Geraldo Naves, nobre Líder Deputado Paulo Tadeu, Deputada Erika Kokay, Presidente Deputado Wilson Lima. É preciso ter a compreensão de que esta Casa dá um passo de política pública, visto que quando há regularização, trata-se o comerciante, o empresário, o profissional, como trabalhador e trabalhadora úteis à sociedade e grandes agentes de melhoria da qualidade de vida.

Porém, bem disse o Deputado Reguffe, com toda a razão, que é preciso que haja uma grande auditoria para apurar, porque aquilo que é dado e na verdade pertence a outrem foi dado aos grandes, às vezes, como moeda eleitoreira. O trabalhador que gera emprego e renda está aqui batendo à nossa porta porque quer trabalhar e as autoridades não deixam.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

É por isso que nos manifestaremos, como o Líder Deputado Paulo Tadeu, favoravelmente à matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não estou ainda não, mas ele vai chegar.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Deputada Erika Kokay, já estou encaminhando. Já foram buscá-lo lá na Comissão de Meio Ambiente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, o projeto está aqui desde 2006.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu posso fazer um acordo com os Deputados? Votemos o projeto do PROCON e, se o outro chegar a tempo, também o votaremos. Convoquemos sessão extraordinária para votarmos em segundo turno os 3 projetos. Há algum problema? Os Deputados permanecerão em plenário?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sem nenhum problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, vamos chamar o projeto do PROCON.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, há uma emenda ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu gostaria só de retificar a votação do projeto do Guará: foram 19 votos favoráveis e 5 ausências.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 28 de outubro de 2008, esta Casa, sob o pálio de não sei o quê, cometeu um atentado contra a Constituição e a legislação de trânsito. Aprovamos em segundo turno, a fôrceps, a famigerada Companhia Metropolitana de Trânsito, que serviria ao capricho de uma ou duas autoridades no Governo do Distrito Federal e serviria também para acosar, para botar na parede os funcionários do DETRAN, que ameaçavam com uma greve.

Ali, vendo e constatando o atentado a que me referi, eu me abstive e fiz uma declaração de voto, em que alinhei todas as inconsistências daquele projeto de lei e disse que aquele projeto de lei iria do nada a lugar nenhum, como sempre afirmei. Depois da aprovação, da sanção, fiz aqui da tribuna deste plenário apelos inclementes para que o então Governador José Roberto Arruda revogasse essa lei,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

como também aquela lei da limitação do reajuste dos servidores à capacidade de arrecadação do Governo. Não se precisaria daquela lei também, porque só se dá aumento quando se tem, no entanto ela foi votada.

Voltando à Companhia de Trânsito, fizemos vários pronunciamentos, como dissemos aqui, e fizemos uma indicação, assinada por 23 Deputados – a então Líder do Governo não quis assinar porque ia consultar o Governador –, sugerindo ao Sr. Governador que acabasse de vez com essa excrescência que era exatamente a Companhia Metropolitana de Trânsito.

Muito bem. V.Exa. ponteu por 3 meses o Governo do Distrito Federal, ensaiou mandar o projeto para cá, mas foi atropelado pelo tempo e não conseguiu mandá-lo. Ontem, o Governador Rogério Rosso, em boa hora – a hora teria que ser agora –, mandou um projeto de lei extinguindo o mostrengo. O projeto de lei foi protocolado hoje por intermédio da Mensagem nº 142, de 2010, acabando com essa Companhia. O Governador Rogério Rosso foi além: conservou os cargos que dariam suporte à famigerada companhia.

Há sempre tempo para se corrigirem os erros. Essa Companhia foi um erro crasso que cometemos nesta Casa. Jamais deveríamos voltar àquela cena de companheiros votando no cafezinho, para não aparecerem em frente dos agentes de Trânsito.

Então, eu quero aqui aplaudir o Governador Rogério Rosso por essa e por outra medida que tomou: S.Exa. colocou na Direção Geral do DETRAN, pela primeira vez na história do DETRAN, o Sr. Araújo Saraiva, como se disse, para responder pela direção, para ser confirmado depois. Eu conheço bem o DETRAN, porque fui presidente do Conselho de Trânsito por 8 anos. Nunca um servidor de carreira teve a oportunidade de ser o diretor geral. Agora, o Governador Rogério Rosso colocou o Sr. Araújo Saraiva como Diretor Geral. Então, eu quero aqui de público aplaudir a medida do Governador Rogério Rosso, porque, de uma vez por todas, sepultou essa coisa feia chamada CMT e deixou os cargos serem preenchidos pelos funcionários do DETRAN.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para ficar claro, apreciaremos o Projeto de Lei nº 2.621 tão logo ele chegue à sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Paulo Tadeu pediu que colocássemos em votação o projeto da CEB, se os Deputados estiverem de acordo, como também o veto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados que permanecessem no plenário, pois precisamos de *quorum* qualificado para votarmos, em segundo turno, a matéria do Guará.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, há acordo para aprovarmos o projeto da CEB, há acordo na discussão do Procon e há acordo na discussão sobre a apreciação do veto, item nº 1 da pauta. Eu fiz a solicitação para que fosse incluído na Ordem do Dia de hoje. Obviamente o projeto está chegando a esta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Assim que o projeto chegar, nós o colocaremos em votação. Não há nenhum problema.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, o projeto já está aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O projeto ainda não chegou à Mesa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero também deixar registrado o meu pedido para que seja votado o projeto do bairro da Canjerana. Ele é muito importante. Nós estamos numa grande metrópole. Precisamos garantir o verde em nossa cidade, para que ela continue com a qualidade de vida que usufruímos até então.

Eu peço ao nobre colega Deputado Milton Barbosa que deixemos o projeto da CMT para amanhã, para quinta-feira ou para terça-feira, para que pudéssemos olhar com tranquilidade o texto do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eliana Pedrosa, o projeto não será votado hoje.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ah, então está bem. Chegou hoje.

Eu concordei com V.Exa., na época, que não deveríamos votar o projeto da CMT. Eu acho que devemos olhar direito, para não voltarmos a cometer nenhum outro erro. Em princípio, eu quero crer que tudo está certo.

Sobre o projeto da CEB, eu não gostaria que V.Exa. o colocasse em votação até que eu tirasse uma dúvida junto ao Deputado Paulo Tadeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eliana Pedrosa, V.Exa. tem toda a liberdade de conversar com o Deputado Paulo Tadeu. Se houver acordo, nós o colocaremos em votação ainda hoje. Caso contrário, passe para mim o acordo.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizar a luta dos servidores do DETRAN, que desde o primeiro momento se contrapuseram à criação da famigerada CMT.

Segundo, quero parabenizar o Governador Rogério Rosso por ter enviado a esta Casa essa lei que acaba de vez com essa história. Queremos, reforçando as palavras do Deputado Milton Barbosa, da Deputada Erika Kokay e da Deputada Eliana Pedrosa, nas próximas horas, verificar o projeto e chamar esses servidores que fizeram essa enorme luta contra a CMT para que, se houver necessidade, Deputado Milton Barbosa, apresentemos alguma emenda que venha fortalecer a luta daqueles servidores.

Com relação ao projeto da Companhia Energética de Brasília – CEB, vamos discutir com a Deputada Eliana Pedrosa. É muito importante a aprovação dessa matéria porque a CEB precisa se fortalecer depois de um tempo de escuridão. Parece-me que há uma tentativa de recuperação da CEB, e esse projeto vem nesse sentido. Então, vamos conversar, mas de qualquer maneira manteremos a votação da Ordem do Dia sem prejuízo das análises que precisamos fazer nas matérias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já está na pauta, Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU – Então, Sr. Presidente, passemos à apreciação das demais matérias.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., eu sempre disse nos nossos debates que Oposição, que sempre fui durante esses 8 anos como Parlamentar, constrói-se criticando, mostrando alternativas e também elogiando atitudes corretas. Faz-se política por causas e não por cargos! Eu preciso aqui, Sr. Presidente, dizer que o DETRAN é um órgão de Estado e não apenas de governo, seguindo uma política pública de defesa da vida.

Lembro-me bem de que nós fizemos dois debates hercúleos aqui nesta Casa. O primeiro foi contrário a essa famigerada companhia, que já não deu certo em outros municípios do País porque servia meramente como arrecadadora, tinha fins meramente arrecadatórios, o que reduzia e muito as atividades dos servidores e das servidoras do DETRAN e também dos agentes que são altamente qualificados. Nesse sentido, houve uma união geral desta Casa contrária à criação da CMT. Os servidores e os agentes do DETRAN sabem quem é que aqui, no momento oportuno, lutou contra a criação dessa famigerada companhia.

Em segundo lugar, eu aqui venho me debatendo, e o Deputado Milton Barbosa deve se lembrar de uma luta antiga. Eu fiz aqui um elogio, quando da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

nomeação do Dr. Nugoli, como delegado e profissional que foi em suas missões. Mas também naquele momento, ressaltando isso, eu dizia que é necessário que órgãos como o DETRAN e como a Defensoria Pública — essa foi uma luta em que nós, todos os companheiros e companheiras juntos, independentemente do partido, já logramos êxito — sejam dirigidos por alguém de carreira. Inclusive, nós precisaríamos criar exclusividade, porque esse deveria ser um cargo privativo de alguém de carreira. Independentemente do mérito da exoneração e da nomeação — assunto no qual eu não entrarei porque sou de oposição ao Governo, não vou debater quem ocupa esse ou aquele cargo —, é muito importante que esse cargo seja ocupado por alguém da carreira.

Não conheço o diretor, vi hoje no jornal a nomeação, mas cheguei a fazer uma indicação para a Casa Legislativa e cheguei a conversar com o líder, Deputado Paulo Tadeu, que apoiou de imediato a tese no sentido de que fosse diretor do órgão alguém de carreira que tivesse esse compromisso, Sr. Presidente. Então, eu queria fazer esse elogio ao Governador Rosso.

De outro ângulo, Sr. Presidente, eu me lembrava do debate do projeto do Guará. A Deputada Erika Kokay o conhece bem porque participa dessa luta intensamente. Nós temos outro problema criado no outro governo relativo ao Cruzeiro Velho. Nós conseguimos, por uma lei de iniciativa do Executivo, regularizar o Cruzeiro Novo dentro da ordem urbanística e dentro das leis distritais. Agora, precisamos urgentemente... Há projeto preparado pelo movimento comunitário do Cruzeiro Velho, há projeto, parece-me, preparado também pela SEDUMA. É preciso que haja iniciativa institucional desta Casa, Sr. Presidente! Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos compromisso com o Cruzeiro Velho, com a sociedade e com a população daquela cidade, com a coordenação daquele movimento de moradores e moradoras.

Eu queria, Sr. Presidente, que a própria Casa, institucionalmente, também tivesse esse compromisso com o Cruzeiro Velho, para que nós possamos fazer a regularização e para que, salvante aqueles casos em que é necessário mesmo a correção, os moradores e moradoras daquele local privilegiado no Distrito Federal, uma população ordeira e boa, não fossem tratados como infratores, sendo o tempo todo multados e verdadeiramente intimidados e perseguidos como se estivessem fora da lei. Nós queremos regularizar dentro da lei e, para isso, é fundamental esse trabalho, Sr. Presidente. Eu queria que, nos moldes do Guará, nós pudéssemos também olhar com prioridade o caso do Cruzeiro Velho. Isso é fundamental.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – Na verdade, Deputado Geraldo Naves, como eu pedi o uso da palavra pela ordem, situação que não é de mérito, mas é apenas uma concessão por parcimônia do Presidente — eu quero agradecer a V.Exa. a paciência que tem comigo, Sr. Presidente, porque o tema é relevante —, não há aparte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Perdoe-me, mas eu peço ao Sr. Presidente que conceda a palavra ao Deputado Geraldo Naves, que certamente acompanhará essa luta.

Muito obrigado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Governo do Distrito Federal pela atitude que tomou frente ao DETRAN. O Dr. Nugoli é uma pessoa de mérito. Não pela pessoa, efetivamente eu tive a oportunidade de levar o sindicato dos funcionários do DETRAN, a associação deles, ao Governador Rogério Rosso para fazer dois pedidos: o primeiro, para que o comandante do órgão fosse uma pessoa de carreira; e o outro, pela extinção da CMT. Fico muito feliz que o Governador Rogério Rosso tenha tomado essas atitudes. Parabenizo o Governo por isso.

Eu gostaria de me solidarizar com o Deputado Chico Leite e endossar suas palavras. Faço uma comparação. É preciso que se criem leis para que efetivamente ninguém vá criar um desassossego nas famílias do Cruzeiro Velho, assim como foi para o Cruzeiro Novo. Não só no Cruzeiro, mas em todas as áreas do Distrito Federal, com os comerciantes, como fizemos no Gama, é preciso que esta Casa participe *pari passu*, que o Governo mande logo esse projeto atualizando as normas de uso e gabarito das cidades, atualizando os zoneamentos para que efetivamente possamos oferecer sossego às famílias.

Volto a insistir no pedido para que possamos derrubar o veto sobre o projeto de engenharia e arquitetura pública, para que possamos efetivamente assumir esse compromisso firmado com os profissionais do CREA e do CONFEA e de toda a sociedade do Distrito Federal, que é o de atender a população mais carente com esse serviço que às vezes custa pouco, mas para aquela pessoa que ganha pouco é muito dinheiro. Podemos efetivamente melhorar a sociedade, a sua qualidade de habitação e o local onde as pessoas residem no Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer que esta Casa está com a oportunidade de rever um dos maiores equívocos que foram cometidos por esta Casa, na medida em que se submeteu a uma orientação e a uma determinação do Governo à época, criando a CMT. A CMT é contra o DETRAN, sem nenhuma dúvida. É contra o DETRAN! Significa ter um órgão com excelência de qualidade, com profissionais qualificados, como talvez não exista em nenhum outro lugar do Brasil, e arrancar uma parte do DETRAN



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

para colocá-lo em inanição. Portanto, quando esta Casa aprovou a CMT, foi por uma orientação. Esta Casa se curvou frente à determinação do Poder Executivo, que não correspondia e não era sustentada por nenhuma lógica de Estado que pudesse funcionar de acordo com as necessidades da população.

Nós precisamos do DETRAN fortalecido. Precisamos de concurso para o DETRAN. Precisamos acabar com a terceirização. Há uma notícia de que estamos terceirizando os guinchos. É a velha e cruel história da terceirização. Sucateia-se o serviço para se justificar uma terceirização. A Caixa de Pandora nos mostrou uma linha tênue onde caminham as terceirizações sem controle, sem licitações muitas vezes. É uma linha tênue entre as terceirizações e aquilo que víamos na Caixa de Pandora.

Portanto, Sr. Presidente, esta Casa precisa fazer valer a extinção da CMT, porque isso significa defender o próprio DETRAN, e precisa fazer uma pressão para que tenhamos assegurado, inclusive na Lei Orgânica, que a ocupação do cargo de diretor geral do DETRAN tenha que ser privativa de funcionário de carreira.

Hoje temos um funcionário de carreira que foi nomeado pelo Governador, cumprindo assim uma promessa feita aos próprios servidores do DETRAN, mas não sabemos se isso permanecerá, porque os governos passam. É preciso que tenhamos assegurada a condição de o cargo de diretor geral ser privativo de servidores do DETRAN.

Levanto essa questão, que acredito ser absolutamente consensual nesta Casa — o Deputado Milton Barbosa se referiu a isso —, para que reivindicemos ao Poder Executivo o encaminhamento a esta Casa de uma emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal a fim de que o cargo de diretor geral seja privativo de servidores do próprio DETRAN. Espero que possamos hoje, ou o mais rapidamente possível, depois de conhecermos com profundidade a matéria e após os próprios servidores também avaliarem a proposição encaminhada pelo Poder Executivo, extinguir a companhia. Esta Casa deverá soltar muitos fogos e cantar muito ao extinguir a Companhia Metropolitana de Trânsito, que nunca deveria ter sido efetivada nesta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar também sobre o que disse o Deputado Chico Leite em relação ao Cruzeiro. É uma questão seriíssima. Há pessoas no Cruzeiro Velho que já possuem 4, 5 multas, com ação demolitória e tudo. Pessoas que estão ali há 40, 50 anos estão ameaçados por fiscais que vão lá.

O Deputado Rôney Nemer falou aqui e se solidarizou. Eu gostaria de pedir a S.Exa. que nos auxilie junto à AGEFIS, para que esse órgão tenha um pouco de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

paciência e não seja tão afoito nas multas que está aplicando aos moradores, aos oficineiros da Candangolândia, aos oficineiros que trabalham nas quadras 700 da Asa Norte e estão tentando a regularização. Todos eles estão com dificuldades porque não sabem como, nem onde, podem pedir alguma coisa. Eles estão atados. Quero pedir a compreensão de todos.

Quanto ao que foi comentado sobre o DETRAN, quero deixar claro que sou o lado oposto dessa moeda. Muitos defendem que eles são servidores de carreira. Temos especialistas em trânsito no Brasil inteiro, pessoas que estudam, professores de universidades, professores capacitados que entendem de trânsito e não podem ficar à margem desse processo, não. Acho que se precisa fazer um discurso antes de enclausurar um órgão como o DETRAN e dizer assim: "Aqui somente essas pessoas vão trabalhar". Eu acho que essa clausura não deve fazer parte deste momento da discussão. Precisa haver uma discussão bem mais ampla.

Sr. Presidente, quero ler ao Deputado Dr. Charles uma informação, para ficar registrada no meu discurso, sobre a Secretária de Saúde. Esse é o caso mais sério para se discutir hoje – uma Secretária de Saúde entregando um remédio errado! Uma Secretária de Saúde!

Muito obrigado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar sobre a questão da CMT. Deputado Geraldo Naves, sei que temos projetos importantes a respeito da CEB e do Cruzeiro.

É importante que esta Casa assuma o compromisso, porque deixou de ser o puxadinho do Buritinga quando saiu da antiga sede e veio para cá. Agora precisa assumir a responsabilidade com o povo do Distrito Federal, inclusive acabando com os desgovernos que passaram ao longo dos anos em Brasília.

Na verdade, em relação à CMT, houve um atentado a todo servidor público e ao sistema de segurança pública do Distrito Federal. Tenho de discordar sobre os especialistas que podem assumir o cargo de direção do DETRAN ou de qualquer órgão do Governo do Distrito Federal. Se tivéssemos um servidor de carreira concursado e capacitado, como temos em todos os órgãos, na Secretaria de Saúde não aconteceria o que aconteceu agora. Se tivéssemos na Secretaria de Educação também, não aconteceria o que aconteceu no governo passado. E se tivéssemos no DETRAN, não teríamos o especialista conhecido, renomado que sucateou, acabou com o DETRAN no Governo Arruda, o Sr. Délio Cardoso, que fez vários contratos emergenciais, acabando com o DETRAN.

Então, na verdade, o que nós precisamos, vou dar um exemplo aqui – assumi a Vice-Presidência desta Casa e coloquei na CMI e no FASCAL servidores de carreira



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

que fazem o revezamento entre si, porque conhecem o serviço público –, é valorizar, sim, os servidores públicos, colocá-los no gerenciamento, na direção, no planejamento e na coordenação para que o serviço público, que é do Estado e para o povo, possa ser eficiente e eficaz.

Espero que nós aqui também acabemos com a CMT. É importante a direção do sindicato do DETRAN, que se encontra na Casa, tomar conhecimento do projeto e apresentar emenda, se assim for necessário, para que não haja depois questionamento de ninguém. Ninguém melhor para conhecer a realidade do que os servidores e principalmente a direção do sindicato do DETRAN.

Sugiro que votemos depois que o sindicato der o aval para que todos os Parlamentares votem pela extinção da CMT, voltando à normalidade aquele órgão tão importante para o Distrito Federal.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui citado. Parece que o Deputado Cabo Patrício estava falando só para mim. Quero deixar bem claro que não sou contra servidor de carreira, e S.Exa. não coloque palavras na minha boca. Acho que S.Exa. tem de falar aquilo que tem de falar, mas não pode dizer que eu disse.

Eu disse que essa é uma discussão maior. Essa não é uma discussão simplesmente para chegar aqui na Casa e dizer: “Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”. Existem especialistas para poder discutir, e eu asseguro que não sou nenhum especialista nessa causa. Portanto, acho que têm de sentar aqueles que entendem disso.

Quanto à questão da Saúde, o Deputado Cabo Patrício falou que estava um caos. S.Exa. se esqueceu de dizer que isso aí é uma indicação do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que tirou o Secretário de Saúde Dr. Joaquim, que apesar de estar fazendo um brilhante trabalho na Secretaria de Saúde, era pichado por todo mundo do PT. Como a nova Secretária é uma indicação do PT, ninguém picha, ninguém picha!

DEPUTADO DR. CHARLES – É um pedido da mulher do Governador.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para dizer que já estou preparada para votar o projeto da CEB.

Com relação a essa discussão em torno da Secretária de Saúde, amanhã às 14h30min a Comissão de Educação e Saúde vai se reunir. Entre os temas que serão tratados, estão a discussão sobre as medidas que estão sendo tomadas na Secretaria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

de Saúde e uma provável solicitação de comparecimento da Secretária para esclarecer a esta Casa a motivação de tais medidas.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Geraldo Naves tocou nesta questão crucial da Saúde do Distrito Federal: foi exonerado o nobre colega Dr. Joaquim Carlos, um dos homens com maior compromisso com a saúde pública no Distrito Federal, alegando-se que a gestão não estava boa, que iriam chamar outras pessoas.

A mulher do Governador perguntou ao Sr. Ministro, que mandou uma pessoa que realmente não tem feito o trabalho. Era uma sanitarista que iria realmente resolver os problemas do Distrito Federal. Mas isso não está acontecendo. Estive nos Centros de Saúde de Ceilândia semana passada, e hoje estive no de Samambaia. Constatei que faltam materiais de curativo, uma banalidade! Falta gaze, falta atadura, falta pomada para fazer curativo. Isso é um absurdo!

Falam que a descentralização resolve o problema para poder pagar isso. Ora, com a descentralização só se podem aplicar R\$ 8.000,00 (oito mil reais) num único item ao ano. Que absurdo, Deputado Geraldo Naves! A Unidade de Administração Geral – UAG não pode fazer compra porque teria esse dinheiro. Esse dinheiro não atende em absolutamente nada essas questões. Tem que haver um sincronismo para usar o dinheiro da descentralização.

E ainda uma sanitarista fechar um centro de saúde que já estava lá até as 10h, deixando a Estrutural à míngua! O SAMU, Deputada Eliana Pedrosa, não tem como atender lá, o Diretor já disse que não tem como atender lá. A contratação de Agentes Comunitários de Saúde – ACS, que já haviam sido chamados, eles tinham até a senha do banco e foram mandados de volta para casa. Quem perde não é só ele. Perde a população do Distrito Federal, perdemos todos nós. Isso não vai me atingir. Às vezes pensam que me atinge politicamente.

Eu queria falar sobre a mudança do regime jurídico dos ACS para estatutário definitivamente, porque eles são os únicos que ainda trabalham na Secretaria de Saúde e são celetistas. Precisamos ver isso. Solicito ao Governador que S.Exa. realmente possa governar marcando mais esse gol aqui, como ocorreu com o Diretor do DETRAN, de carreira. A Lei Orgânica do Distrito Federal dá prerrogativas para ele governar. A Secretária diz que não atende Deputado e, às vezes, nem o Governador. A Deputada Eliana Pedrosa colocou isso bem.

Vamos nos reunir amanhã, porque se ela não nos atender, teremos talvez que atendê-la aqui. Inclusive, está aqui em um *blog*, onde ela tenta “passar gato por lebre”, o que é um grande absurdo, dizendo que são poucas as pessoas que têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

problema de fenilcetonúria – são 23 pessoas – e que pode acontecer o que for. Não aceitamos isso e vamos tomar providências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estamos há 45 minutos só discutindo. V.Exas. fiquem à vontade, mas o tempo é exíguo.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, deixa-me estarrecido a distância que essa Secretária de Saúde tem não só com a gente, mas com toda a população. Vou dar 2 exemplos vergonhosos. Todo muito conhece o Carlinhos, da Pastelaria São Carlos. A sogra dele teve que ir para Anápolis depois de 15 dias perambulando pelos hospitais e pelo HRAN. Mesmo com a minha ajuda, ele não conseguiu nada. Isso é uma vergonha!

Segunda coisa: como pode uma médica que passa em um concurso e é moradora do Jardim Botânico, onde há necessidade de pediatra, ser colocada em Brazlândia e ter que percorrer 75 quilômetros por dia? Isso é uma vergonha!

É fácil ver o Presidente Lula, é fácil ver o Papa, mas é difícil escutar, nem mesmo ao telefone, a atual Secretária de Saúde.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer uma intervenção quanto ao que disse o Deputado Cabo Patrício a respeito da valorização do servidor público. Acho que é isto mesmo, Deputado Cabo Patrício: precisamos, sim, valorizar os funcionários da Casa. São pessoas que, além da competência já comprovada por intermédio de concurso público, têm compromisso com a Casa que eles integram. Acho essa questão fundamental e falo isso muito à vontade, porque sou servidor público também. Não legislo em causa própria. Digo isso com conhecimento de causa, porque sou servidor público e tenho orgulho dessa condição.

A segunda questão que quero tratar é com relação à Saúde. Ouvi aqui o pessoal criticar governos passados, o Governo atual, mas realmente o que a gente vê – e aqui eu gostaria de dar este testemunho – é que, tão logo essa senhora assumiu a Secretaria de Saúde – dizem alguns – por indicação do Ministro da Saúde, ou seja, do Governo Federal – não sei se é verdade, porque os jornais às vezes noticiam e às vezes desmentem ou não desmentem, deixam a notícia no ar –, tomei conhecimento do caso de um garoto que havia nascido com problemas, no HRAN, teria alta e precisava levar um compressor para casa. Levei o problema à Secretaria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

de Saúde, e ela me disse que buscaria a solução imediatamente. Havia, inclusive, uma decisão judicial que estabelecia prazo para que se procedesse daquela forma.

Passada uma semana, ela não tomou nenhuma atitude ou não resolveu o problema. Se tomou, tomou errada, porque não resolveu o problema. Levei o caso ao Governador Rogério Rosso, o Governador tampão Rogério Rosso, que se comprometeu a resolvê-lo. Mas, até agora, não se resolveu nada e o resultado concreto é que esse garoto contraiu pneumonia no hospital. Daqui a pouco, teremos um governo criminoso, que poderá vitimar uma criança.

Acho que temos o dever de dar essa notícia aqui, porque não se pode desrespeitar uma decisão judicial e não podemos deixar de cumprir com a nossa obrigação. A obrigação do Governo, além de atender a uma decisão judicial, é a de tomar as atitudes necessárias para que a vida das pessoas seja preservada.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar isso registrado aqui para que, se eventualmente acontecer um fim trágico a essa criança, fique claro que o fato foi levado tanto ao Governador do Distrito Federal, quanto à Secretária de Saúde.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dar um testemunho. Na semana passada, mais precisamente na sexta-feira, depois de 3 dias tentando falar com a Secretária de Saúde, sem ter conseguido retorno, fui à Secretaria de Saúde conversar sobre o posto de atendimento da Estrutural. Tive inclusive a oportunidade de deixar junto a ela a minha reclamação pela maneira como estamos sendo atendidos ao telefone. Ela ficou de tomar providências.

Agora, ao longo de 3 horas de conversa, inclusive com várias pessoas e lideranças da Estrutural, vários assuntos foram tratados, e tenho que fazer um testemunho aqui: senti, na Secretária de Saúde, a intenção de corrigir os problemas que existem na Saúde.

Também quanto à questão do PKU, Deputado Dr. Charles, tomei conhecimento do problema e o venho acompanhando há alguns dias, desde que ele surgiu, assim como vários outros problemas da Saúde que vêm se arrastando. Tomamos a decisão de realizar uma reunião da Comissão de Educação e Saúde amanhã, mas quero registrar que percebi na Secretária posições para corrigir alguns rumos dentro da Saúde. A tarefa é muito difícil. Talvez ela ainda não tenha tido prazo para fazê-lo. Acredito também que ela talvez esteja equivocada em algumas decisões, como por exemplo o posto de atendimento da Estrutural.

Eu não poderia deixar passar em branco, Deputado Raimundo Ribeiro, a minha observação de que várias colocações feitas pela Secretária me pareceram de uma pessoa que conhece a Saúde profundamente e que está tentando acertar. Acho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

que essa falta de diálogo, esse abismo que foi criado, é que talvez a esteja prejudicando. Como ela entrou agora, talvez não tenha uma equipe própria, para que essas informações possam fluir normalmente, e esteja tomando decisões em cima de falta de informações ou de informações que não estejam absolutamente corretas.

Eu só queria fazer esse registro.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Deputada Eliana Pedrosa, dizem que o inferno está cheio de boas intenções. Acredito que uma pessoa que atua na área da Saúde não tem o direito de apenas estar tentando, porque com Saúde não se brinca; com vidas humanas não se brinca. Não estou querendo dizer que ela está brincando ou não, só estou dizendo que a tentativa de realizar um bom trabalho não justifica o fechamento de um posto em um lugar onde não há um hospital com atendimento de 24 horas. Esse problema tem que ser revisto, a reabertura desse posto tem que ser reconsiderada. As pessoas estão revoltadas, porque colocaram lá uma ambulância do SAMU e isso não atende às necessidades da população.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. a votação do projeto de interesse das pessoas que se encontram na galeria, porque o debate já foi muito longo. Solicito andamento na votação, tendo em vista que teremos de votá-lo em primeiro e segundo turnos.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se quisermos discutir Saúde, poderemos marcar uma sessão só para isso. Solicito que discutamos o projeto do pessoal que se encontra na galeria, até para que avancemos na pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estava inscrita para pedir celeridade aos trabalhos, porque este nível de discussão não aconteceu antes. O crime na Saúde, Deputado Raimundo Ribeiro, está acontecendo há muito tempo! Há muito tempo pessoas têm morrido porque não há UTI, porque não há cirurgias.

Então, Sr. Presidente, nós queremos dizer que esta discussão – que está tomando o tempo desta sessão, mas que é absolutamente profícua, é importante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

que haja essa discussão sobre a Saúde, que é uma preocupação de todos nós – ficou emudecida, ela ficou calada durante muitos anos aqui nesta Casa. E agora ela surge, e que bom que surge! Que bom que surge para que possamos tomar providências e corrigir os rumos da Saúde.

Sr. Presidente, vamos votar, em respeito aos microempresários que aqui estão e querem sair daqui com esta resolução.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz um apelo a V.Exa., que já foi acatado, de que após a aprovação do projeto da QE 40 nós analisássemos o veto da engenharia pública e arquitetura, porque os profissionais do CREA e do CONFEA estão aqui presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Paulo Tadeu também já havia solicitado a apreciação do projeto da CEB e a Deputada Erika Kokay...

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, vamos votar os 3 projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vamos votar tudo.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto do Parque Canjerana está onde? Eu não consegui ter acesso a ele.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Deputado Milton Barbosa, estou encaminhando a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 10:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.601, de 2010, de autoria de Poder Executivo, que “cria a carreira Atividades de Defesa do Consumidor do Distrito Federal no quadro de pessoal do Instituto de Defesa do Consumidor – IDC PROCON/DF”.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foram discutidas e apresentadas mais duas emendas a esse projeto, apenas para não ter prejuízo da discussão deles. Portanto, solicito a V.Exa. que passemos à discussão de outro projeto enquanto as emendas são anexadas a ele.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Espera aí. O que foi discutido hoje de manhã não está valendo?

DEPUTADO PAULO TADEU – Está valendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Por que se estão acrescentando outras emendas agora?

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, o projeto está entrando, e parece que ninguém verificou isso pela manhã, na carreira de finanças do Distrito Federal. Várias atribuições da carreira de finanças do Distrito Federal estão sendo apresentadas no projeto de maneira equivocada. Então, estamos apenas retirando aquilo que é função de outra carreira, para que não haja uma sobreposição de funções. É só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Deputada Erika Kokay irá esclarecer para todos em seu relatório.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queriam votar, empurrar goela abaixo esse projeto na semana passada, e eu fui um dos que resistiu. Olha o absurdo que estava escrito ali: “tomando funções”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nobre Deputado, essa é uma questão para discussão e nós estamos em processo de votação.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Tudo bem, mas eu quero deixar claro antes de se começar o relato.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa a Deputada Erika Kokay para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.601, de 2010, de autoria de Poder Executivo, que “cria a carreira Atividades de Defesa do Consumidor do Distrito Federal no quadro de pessoal do Instituto de Defesa do Consumidor – IDC PROCON/DF”.

Sr. Presidente, a urgência em votar o projeto não significava votá-lo empurrado de goela abaixo, ou sem que se pudesse analisá-lo. É tanto que nós estamos aqui para apreciar o projeto, extremamente justo, que cria a carreira de atividades de defesa do consumidor do Distrito Federal no quadro de pessoal do Instituto de Defesa do Consumidor – IDC PROCON/DF.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Trata-se de criar uma carreira, para que nós não tenhamos o PROCON à mercê dos cargos comissionados, mas que tenhamos servidores de carreira que possam exercer – com o princípio da fidelização, porque tem a perspectiva de se aposentar no próprio órgão – a função absolutamente fundamental que é a defesa dos consumidores deste país. Eu digo que nem todas as leis deste país foram internalizadas, foram incorporadas ao cotidiano das pessoas. O Código de Defesa do Consumidor foi. Foi. As pessoas, hoje, têm uma noção de direitos extremamente aguçada no que diz respeito à sua condição de consumidor, que não provoca névoas na sua condição humana, mas, em verdade, faz parte dela.

Portanto, nada mais justo que termos aqui a criação da carreira dos servidores do PROCON, até porque exercem atividades de fiscalização, de penalização, de responsabilização. Nesse sentido, Sr. Presidente, é que foram apostas 4 emendas.

Uma delas é a supressão do inciso VII do art. 7º do Projeto de Lei nº 1.601, de 2010, porque aqui invadem-se realmente competências. Nós não queremos o conflito de competências entre os cargos da carreira de Atividades de Defesa do Consumidor e os cargos da carreira Auditoria Tributária, considerando as discussões que foram feitas no decorrer da avaliação desse projeto.

Então, a Emenda nº 1 diz respeito à supressão de um inciso para que se evitem conflitos de competência entre as carreiras.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tudo bem, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, se me permite, há mais 3 emendas. Se V.Exa. quiser, até porque não há prazos para a elaboração de parecer, vou me ater às outras 3 emendas.

A segunda emenda é aditiva, que inclui no projeto o seguinte artigo: “Aplica-se na remuneração dos cargos de Especialista em Assistência Social e Técnico em Assistência Social e Atendente de Reintegração Social da Carreira Pública de Assistência Social, quando dos provimentos dos cargos de que trata esta lei, os mesmos valores dos vencimentos básicos constantes no seu art. 11 e anexo II”. Ou seja, diz respeito a fazer justiça à carreira de Assistência Social. Então, é uma emenda aditiva que tem o nosso apoio também.

A terceira emenda, modificativa, muda a redação do inciso I do art. 8º, da seguinte forma: art. 8º, inciso I – “atividades de nível superior relacionadas à coordenação, avaliação e execução de atividades administrativas, referentes a recursos humanos, material, transporte, cargos e salários, e estatística, arquivo, direito e legislação, comunicação e publicidade, relativas ao PROCON/DF”.

Ela dá maior clareza às competências dos integrantes do cargo de Analista de Atividades de Defesa do Consumidor. É apenas para clarificar as atribuições desse segmento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Por fim, Sr. Presidente, a última emenda, modificativa, transforma o inciso I do art. 9º e dá a ele a seguinte redação: art. 9º, inciso I – “executar atividades de nível médio relacionadas à execução de serviços de apoio administrativo, referentes a pesquisas, recursos humanos, material, transporte, cargos e salários, microfilmagem, arquivo, documentação, comunicação e modernização, relativas ao PROCON/DF”.

Ela também dá maior clareza às atribuições e às competências dos integrantes do cargo de Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor.

Portanto, são 4 emendas. Uma suprime o que poderia provocar conflitos de competência com outra carreira; a outra diz respeito à carreira de Assistência Social; e as outras duas clarificam as atribuições dos analistas e técnicos da carreira do PROCON.

Sr. Presidente, nós temos uma avaliação favorável. Votamos favoravelmente às 4 emendas e ao projeto, que, aliás, vêm responder à necessidade de termos um serviço público qualificado, impessoal e um serviço público que possa tirar a pecha, que tem se estabelecido sobre o Distrito Federal, de que nós vivemos em capitânias hereditárias pós-modernas, com um Estado loteado. Portanto, carreira do PROCON significa concurso público, significa servidores que podem aqui exercer o princípio da fidelização e da permanência.

Somos favoráveis ao projeto e às 4 emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.601, de 2010, que “cria a carreira Atividades de Defesa do Consumidor do Distrito Federal no quadro de pessoal do Instituto de Defesa do Consumidor – IDC PROCON/DF”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, não encontramos nenhum óbice de caráter orçamentário e financeiro. Somos, portanto, favoráveis ao projeto, bem como à Emenda Supressiva nº 1, Emenda Aditiva nº 2, Emenda Modificativa nº 3 e Emenda Modificativa nº 4.

É o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa a Deputada Erika Kokay para emitir parecer sobre a matéria.

Lembramos a todos os Deputados que precisamos de *quorum* qualificado para a votação do projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.601, de 2010, que “cria a carreira Atividades de Defesa do Consumidor do Distrito Federal no quadro de pessoal do Instituto de Defesa do Consumidor – IDC PROCON/DF”.

Sr. Presidente, não atestando nenhum vício do ponto de vista da admissibilidade e da constitucionalidade, no projeto e nas referidas emendas, nós acompanhamos o parecer da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e somos favoráveis ao projeto e às suas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.601, de 2010. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apreciemos também o veto, para que possamos liberar o pessoal que está na galeria.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria registrar que a aprovação da Emenda Aditiva nº 2 vai possibilitar que façamos justiça aos profissionais da assistência social, porque é histórica a discrepância entre os salários das demais categorias e o dos especialistas e técnicos em assistência social. Há uma diferença atual mínima de 35%.

Então, eu quero parabenizar todos desta Casa e falar que hoje a Câmara trabalhou para fazer justiça com relação a esses servidores, cujo trabalho não só envolve competência e conhecimento, mas também o coração, o carinho para o atendimento daqueles que mais precisam.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 2.621, de 2006.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.621, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Parque Ecológico e de uso múltiplo Canjerana e define a sua poligonal; revoga a Lei nº 1.262, de 13 de novembro de 1996 e a Lei nº 2.667, de 5 de janeiro de 2001 e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Fundiários.

A Presidência designa a Deputada Jaqueline Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Jaqueline Roriz, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao substitutivo do Projeto de Lei nº 2.621, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Parque Ecológico e de uso múltiplo Canjerana e define a sua poligonal; revoga a Lei nº 1.262, de 13 de novembro de 1996 e a Lei nº 2.667, de 5 de janeiro de 2001 e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, somos pela aprovação na forma do substitutivo do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo do Projeto de Lei nº 2.621, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Parque Ecológico e de uso múltiplo Canjerana e define a sua poligonal; revoga a Lei nº 1.262, de 13 de novembro de 1996 e a Lei nº 2.667, de 5 de janeiro de 2001 e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, informamos que estamos pela admissibilidade do referido projeto de lei, na forma do substitutivo apresentado pela Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer da Comissão de Assuntos Fundiários.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria, uma vez que o projeto havia sido apresentado e não havia substitutivo.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao substitutivo do Projeto de Lei nº 2.621, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Parque Ecológico e de uso múltiplo Canjerana e define a sua poligonal; revoga a Lei nº 1.262, de 13 de novembro de 1996 e a Lei nº 2.667, de 5 de janeiro de 2001 e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, o nosso parecer, em referência ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.621, de 2006, é absolutamente favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto na forma de seu substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

O projeto, na forma de seu substitutivo, está aprovado em primeiro turno com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, faço um apelo a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu sei, e acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Mas a que horas? Todos os outros estão sendo atendidos, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O dos senhores, é só chamar o item e votar.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Pois é, aí libera o pessoal. É tão simples. Nós prendermos eles aqui esse tempo todo...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas o Deputado Paulo Tadeu também fez solicitação, Deputado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Eu sei disso. Os outros projetos não têm pessoas aqui. Há o pessoal da QE 40 que está aguardando também.

Faço o pedido a V.Exa. Se possível, depois desse item. Eu faço esse pedido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 15:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.350, de 2006, de autoria de Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, que autoriza a criação da subsidiária CEB Participações S.A. e dá outras providências”.

A matéria está com a tramitação concluída, porém recebeu uma emenda de Plenário. Peço ao Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, bem como ao Deputado Cristiano Araújo para encaminhar pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para solicitar que fosse lido o requerimento de sessão solene e, também, se pudermos, aprovar uma audiência pública, no âmbito desta Casa, para discutir a situação do Shopping Popular de Ceilândia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, encaminharei à Mesa para tentar aprovar.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Modificativa nº 1, de 2009, ao Projeto de Lei nº 2.350, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, que autoriza a criação da Subsidiária CEB Participações S.A. e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos favoráveis à aprovação da referida emenda por não encontrarmos nenhum óbice de caráter orçamentário e financeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer sobre a Emenda Modificativa nº 1, de autoria de vários Deputados, ao Projeto de Lei nº 2.350, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, que autoriza a criação da Subsidiária CEB Participações S.A. e dá outras providências”.

Neste momento, manifestamo-nos pela admissibilidade da Emenda Modificativa nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Atendendo à solicitação do Deputado Rôney Nemer, esta Presidência chamará o item nº 1 da pauta. Logo após sua apreciação, encerrarei a sessão, convocando sessão extraordinária para apreciação, como primeiro item da pauta, o projeto do Guará.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rôney Nemer, V.Exa. está com bastante prestígio, conseguiu amolecer o coração do Deputado Wilson Lima para votarmos o veto agora. V.Exa. orienta que votemos contra ou a favor do veto?

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.340, de 2009, de autoria do Deputado Rôney Nemer e outros, que “dispõe sobre a assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitações de interesse social, e dá outras providências”.

Já foi proferido o relatório.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um apelo aos nobres Pares. Este não é um projeto de minha iniciativa. O Deputado Zezéu Ribeiro, do PT Nacional, apresentou este projeto que foi aprovado na Câmara Federal, e nós, a pedido do CREA, CONFEA e vários órgãos que regulam a categoria da arquitetura e engenharia, que nos pediram que apresentássemos também aqui, adaptando-o às necessidades do Distrito Federal. É um projeto muito importante à sociedade, para que a população carente tenha mais acesso a esse serviço, assim como tem ao defensor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

público, ao advogado, ao profissional de saúde, que também tenha acesso gratuito ao profissional de arquitetura e engenharia.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu considero da maior relevância que nós possamos derrubar esse veto.

Quero trazer ao conhecimento um projeto do Rio de Janeiro, em que arquitetos e engenheiros auxiliam as pessoas nas melhorias de suas residências, e que, portanto, fazem um excelente serviço, não apenas com relação à parte de arquitetura e engenharia, mas inclusive com grandes resultados na área de saúde pública e da autoestima da população.

Então, parablenzo o Deputado Rôney Nemer pela iniciativa que eu gostaria que tivesse sido minha, Sr. Deputado, mas S.Exa. com sua sensibilidade, seu conhecimento e sua própria formação saiu à frente. Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	41



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 10 / 08 / 2010

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1.340/09

☒ Executivo

Autor: Deputado(a): _____

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS – PRB		X		X	
	ALÍRIO NETO – PPS				X	
	AYLTON GOMES – PR				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRB				X	
	BENEDITO DOMINGOS – PP				X	
	BENÍCIO TAVARES – PMDB				X	
	CABO PATRÍCIO – PT		X			
	CHICO LEITE – PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB		X			
	ELIANA PEDROSA – DEM		X			
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	GERALDO NAVES		X			
	JAQUELINE RORIZ – PMN		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB		X			
	PAULO RORIZ – DEM				X	
	PAULO TADEU – PT		X			
	RAAD MASSHOU – DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSDB		X			
	REGUFFE – PDT		X			
	ROBERTO LUCENA – PR		X		X	
	ROGÉRIO ULYSSES					
	RÔNEY NEMER – PMDB		X			
	WILSON LIMA – PR		X			
	TOTAL		17		07	

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	ASSP	Nº _____	Fls.º _____
VOTOS “SIM”	-	VETO MANTIDO		
VOTOS “NÃO”	17	VETO REJEITADO	X	
ABSTENÇÃO	-			
AUSÊNCIAS	07			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 08 2010	15h40min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários e 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Convido a Deputada Erika Kokay a secretariar os trabalhos da Mesa.

Esta Presidência vai encerrar esta sessão, convocando sessão extraordinária a realizar-se logo após esta para discussão e votação dos projetos em segundo turno.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 148 - Suplemento, de 13/08/2010, juntamente com a ata sucinta da 62ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência encerrará a presente sessão, para convocar sessão extraordinária para votação dos projetos que já foram aprovados nesta sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h40min)

Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 159-Suplemento, de 30/8/2010.